

## Corregedoria

### PORTARIA N. 30, DE 15 DE MAIO DE 2023.

Cria, no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, a Comissão de Proteção de Dados (CPD/CN/CNJ), nos termos do Provimento n. 134, de 24 de agosto de 2022.

**O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com fundamento no artigo 3º, inciso XIX, do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.

#### RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, a Comissão de Proteção de Dados (CPD/CN/CNJ), de caráter consultivo, responsável por propor, independentemente de provocação, diretrizes com critérios sobre a aplicação, interpretação e adequação das serventias extrajudiciais à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, espontaneamente ou mediante provocação pelas Associações, nos termos do Provimento n. 134, de 24 de agosto de 2022.

Art. 2º Integram a Comissão:

- I – Márcia Dalla Dea Barone, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
- II – Caroline SomesomTauk, Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (TRF2);
- III – Daniela Pereira Madeira, Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (TRF2);
- IV – Carolina RanzolinNerbass, Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (TJSC);
- V - Fernando Antônio Tasso, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
- VI – Flávia Pereira Hill, Titular do Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais de Saquarema/RJ;
- VII – Moema LocatelliBeluzo, Titular do 2º Ofício da Comarca de Monte Alegre/PA;
- VIII – Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Professor da Universidade de São Paulo (USP);
- IX – Bruno Ricardo Bioni, Doutor em Direito (USP), Professor e Especialista em Privacidade e Proteção de Dados;
- X - Laura Contrera Porto, Advogada e Especialista em Direito Notarial e Registral e Proteção de Dados (OAB/SP);
- XI- Rodrigo Badaró Almeida de Castro, Presidente da Comissão Especial de Proteção de Dados da OAB e Conselheiro do CNMP.

Parágrafo único. Prestarão auxílio ao Grupo de Trabalho os seguintes servidores da Corregedoria Nacional de Justiça:

- I - Alexandre Gomes Carlos; e
- II – Luciano Almeida Lima;

Art. 2º A coordenação das atividades do Grupo ficará sob responsabilidade das Juízas Auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça, Caroline SomesomTauk, Daniela Pereira Madeira e Carolina RanzolinNerbass.

Art. 3º Para os objetivos desta Portaria, a Comissão poderá propor a realização de audiências públicas, consultas públicas, debates ou oficinas com representantes de órgãos públicos, de entidades da sociedade civil e com especialistas e operadores da área de Tecnologia da Informação e do Direito, em especial, do Direito Notarial e de Registro.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Corregedor Nacional de Justiça



## ANEXO I

# Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça (PDTIC.CNJ) 2023/2024

Maio de 2023

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### **PRESIDENTE**

Rosa Weber

### **CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA**

Corregedor Luis Felipe Salomão

### **CONSELHEIROS**

Marcello Terto e Silva

Marcio Luiz Coelho de Freitas

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Giovanni Olsson

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Mauro Pereira Martins

Sidney Pessoa Madruga

João Paulo Santos Schoucair

Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia

Richard Pae Kim

Marcos Vinicius Jardim Rodrigues

Salise Monteiro Sanchotene

Jane Granzoto Torres da Silva

### **SECRETÁRIO-GERAL**

Gabriel da Silveira Matos

### **SECRETÁRIO ESPECIAL DE PROGRAMAS, PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA**

Ricardo Fioreze

### **DIRETOR-GERAL**

Johaness Eck

### **JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA (DTI)**

Adriano da Silva Araújo

João Thiago de França Guerra

### **DIRETORES DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Thiago de Andrade Vieira

Antonio Augusto Silva Martins

Leonardo Lemes Rosa

## SUMÁRIO

Introdução.....	<a href="#">44</a>
Metodologia.....	<a href="#">55</a>
Visão sistêmica do PDTIC.CNJ .....	<a href="#">55</a>
Etapas para a elaboração do PDTIC.CNJ.....	<a href="#">77</a>
Levantamento de Demandas das Áreas de Negócio com Potencial Impacto em TIC .....	<a href="#">77</a>
Diagnóstico com as unidades do DTI.....	<a href="#">77</a>
Levantamento dos Projetos e Iniciativas de TIC .....	<a href="#">77</a>
Consolidação das informações.....	<a href="#">88</a>
Definição de metas e ações para atingir os objetivos estratégicos.....	<a href="#">88</a>
Modelo de Execução do PDTIC.CNJ .....	<a href="#">99</a>
Monitoramento e controle do PDTIC.CNJ .....	<a href="#">1111</a>
Gerenciamento de Riscos .....	<a href="#">1313</a>
Objetivos e Resultados-chave .....	<a href="#">1515</a>
Alinhamento e detalhamento dos indicadores do PDTIC.CNJ 2023/2024.....	<a href="#">1717</a>
OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário .....	<a href="#">1717</a>
OE2 – Promover a Transformação Digital .....	<a href="#">1717</a>
OE3 – Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores.....	<a href="#">1818</a>
OE4 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa .....	<a href="#">1818</a>
OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão.....	<a href="#">1919</a>
OE6 – Aprimorar as Aquisições e Contratações .....	<a href="#">1919</a>
OE7 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados .....	<a href="#">2020</a>
OE8 – Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.....	<a href="#">2020</a>
Orçamento de TIC .....	<a href="#">2121</a>
Processo de elaboração do Plano de Contratações de STIC .....	<a href="#">2222</a>
Histórico recente da execução orçamentária de TIC .....	<a href="#">2323</a>
Execução do Orçamento de TIC .....	<a href="#">2323</a>
Maiores Contratações entre 2021-2024 .....	<a href="#">2424</a>
Perfil do Orçamento de TIC em relação às despesas de Custeio e de Investimento .....	<a href="#">2424</a>
Plano de Contratações de STIC - 2023 .....	<a href="#">2525</a>
Ações Estratégicas de TIC .....	<a href="#">3030</a>
Projetos de TIC .....	<a href="#">3434</a>
Visão dos Projetos por Domínios e Objetivos Estratégicos.....	<a href="#">3434</a>
Domínio da Governança e Gestão de TIC.....	<a href="#">3434</a>
Domínio de Gerenciamento de Serviços de TIC .....	<a href="#">3636</a>
Projetos - PNUD.....	<a href="#">3837</a>
Considerações Finais .....	<a href="#">4039</a>

## INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação é um importante instrumento para diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC no Conselho Nacional de Justiça, tendo como objetivo principal atender às necessidades finalísticas e de informação do CNJ.

Além disso, o Plano busca detalhar e acompanhar as principais ações de TIC, bem como o alcance dos resultados chave estabelecidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI/CNJ), gerando, conseqüentemente, um maior número de benefícios para o Conselho e para a sociedade.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ (PDTIC.CNJ) está alinhado com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (Resolução CNJ n. 325/2020), o Planejamento Estratégico do CNJ 2021-2026 (Portaria CNJ n. 104/2020) e com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026 (Resolução CNJ n. 370/2021) que estabelece a necessidade da elaboração de um PDTIC por cada órgão do Poder Judiciário.

Nesse contexto, para que o Plano seja realmente eficaz, é importante que ele esteja alinhado com as demandas das áreas de negócio, tenha um orçamento definido para a execução das ações planejadas e esteja integrado com os domínios de Governança e Gestão de TIC e Gerenciamento de Serviços de TIC, conforme estabelecidos pela ENTIC-JUD.

Com esse objetivo em mente, um novo modelo de planejamento foi desenvolvido pelo DTI, com o intuito de abordar esses aspectos de forma inovadora e eficiente. Partindo da premissa que o alinhamento com as demandas das áreas de CNJ, em consonância com a execução do Orçamento de TIC, permitirá que o plano esteja em sintonia com as necessidades do Conselho, garantindo que as metas estabelecidas e objetivos sejam relevantes e tangíveis.

Além disso, a integração com os domínios de Governança e Gestão de TIC e Gerenciamento de Serviços de TIC garante que o Plano seja alinhado à ENTIC-JUD, e dessa forma com as melhores práticas de governança e de gestão de TIC, o que pode trazer inúmeros benefícios para o CNJ, como aumento da eficiência, melhoria na qualidade dos serviços prestados e redução de custos.

## METODOLOGIA

Para a elaboração do novo PDTIC.CNJ, o DTI/CNJ realizou um estudo detalhado sobre modelos de planejamento utilizados por empresas públicas e privadas no Brasil e no mundo. O objetivo era encontrar as melhores práticas e adaptá-las às necessidades específicas do CNJ.

Além disso, foram aprimorados os processos de captação de demandas de TIC para garantir que as necessidades das áreas do CNJ que tivessem impacto em TIC fossem consideradas no planejamento do PDTIC.CNJ. De forma a manter a premissa do alinhamento com a ENTIC-JUD, essas demandas foram agrupadas nos dois domínios: "Governança e Gestão de TIC" e "Serviços de TIC".

Com base nesse entendimento, foram realizadas reuniões com todas as unidades do DTI e com as áreas de negócio do CNJ para coletar as demandas por soluções de TIC em todo o Conselho.

Além disso, dando continuidade as melhorias já implementadas no PDTIC.CNJ 2021/2022, aderente aos preceitos da gestão ágil, para o monitoramento das ações, foram mantidos indicadores e preceitos da metodologia OKR (Objectives and Key Results). Com essa abordagem, pretende-se garantir uma gestão mais eficiente e direcionada para o alcance dos objetivos estratégicos do CNJ, aumentando a efetividade e o sucesso das ações planejadas.

### Visão sistêmica do PDTIC.CNJ

Para garantir que o PDTIC.CNJ 2023/2024 esteja alinhado com as necessidades do CNJ, foi necessário criar uma Visão Sistêmica que considerasse as variáveis externas e internas do próprio CNJ.

Nesse contexto, com um foco em atendimento às demandas externas, com o CNJ atuando como Órgão Governante Superior (OGS), foram consideradas as diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, da ENTIC-JUD, os normativos de TIC e as demandas dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Por outro lado, com um olhar interno, foram avaliadas ações estratégicas do próprio CNJ, como o Plano Estratégico do CNJ 2021-2026, as ações dos Grupos de Trabalho, as necessidades das áreas negociais e as ações estratégicas de TIC, garantindo que o PDTIC.CNJ esteja alinhado com os objetivos estratégicos do Conselho.

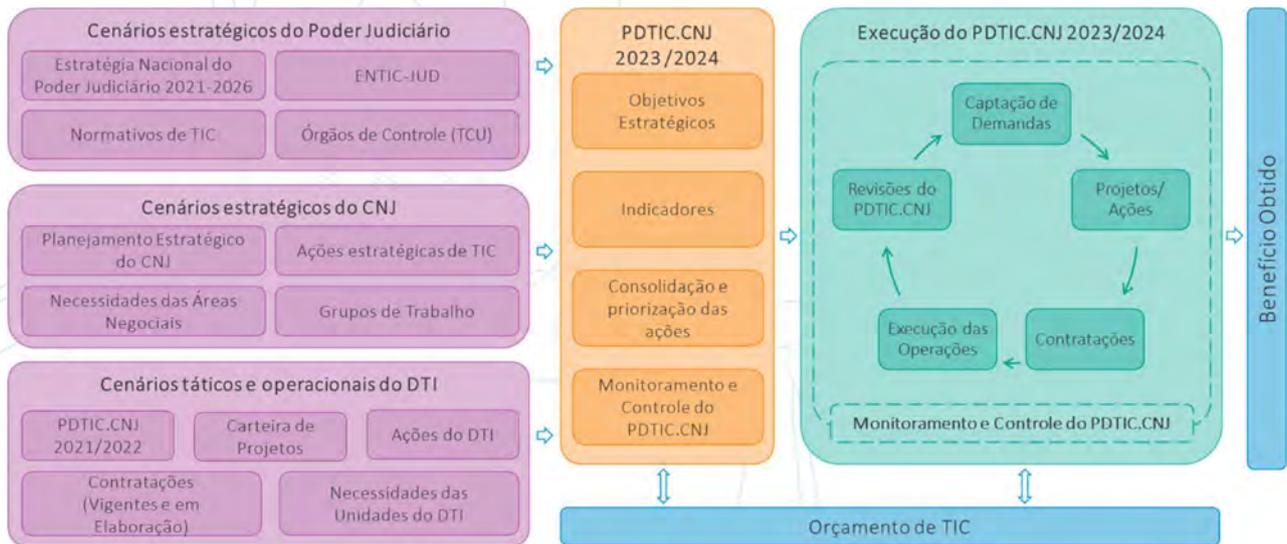


Foram avaliadas as ações em andamento pelo DTI, incluindo o PDTIC.CNJ 2021/2022, o portfólio de projetos de TIC atual, as contratações vigentes e em elaboração e as necessidades das unidades do DTI.

Por fim, todas as demandas, sejam projetos ou ações rotineiras, foram analisadas com base no orçamento de TIC disponível para 2023 e em proposta para o orçamento de TIC 2024. Isso significa que o DTI considerou os recursos financeiros disponíveis no momento e projetou o orçamento necessário para atender às demandas para o próximo ano.

Essa análise sistêmica permitiu que o Departamento criasse um PDTIC.CNJ mais completo e efetivo, garantindo que todas as ações planejadas estejam alinhadas com as necessidades do CNJ e com a capacidade orçamentária de TIC, e que as iniciativas de TIC sejam usadas para impulsionar a transformação digital do CNJ e melhorar a experiência do usuário final.

### Visão Sistêmica do PDTIC.CNJ 2023/2024



## ETAPAS PARA A ELABORAÇÃO DO PDTIC.CNJ

### Levantamento de Demandas das Áreas de Negócio com Potencial Impacto em TIC

O levantamento de demandas que impactam em TIC junto às áreas de negócio foi uma etapa crucial para a elaboração do PDTIC.CNJ para o período de 2023-2024 e por consequência da Proposta Orçamentária de TIC - 2024. Ao coletar informações sobre as necessidades de cada área de negócio, foi possível identificar as demandas que têm potencial impacto em TIC e alinhá-las aos objetivos estratégicos do CNJ.

Para isso, foi instruído o Processo SEI n. 02505/2023 contendo informações acerca da ação e divulgado formulário para as áreas de negócio do CNJ, com prazo estabelecido para envio de resposta, com o intuito de identificação das novas demandas.

Como resultado, foi obtido um total de 45 respostas, contendo demandas tanto de aquisições de Soluções de TIC como de desenvolvimento de novas soluções.

### Diagnóstico com as unidades do DTI

Com o intuito de melhor captar as demandas de TIC das áreas internas do DTI, foi realizado um diagnóstico com as unidades que compõem o Departamento.

As informações levantadas também contribuíram na composição da proposta orçamentária de TIC para 2024 que servirá de subsídio para a criação do Plano de Contratações de Soluções de TIC de 2024, em conformidade com a Resolução CNJ n. 468/2022.

Ao todo, foram conduzidas trinta reuniões com quinze gestores do DTI com o propósito de levantar informações relevantes. A partir destes encontros, além das contratações para sustentação das Soluções de TIC do CNJ, foi possível identificar potenciais contratações que poderão contribuir para o aprimoramento da gestão e execução das demandas, bem como para o atendimento dos objetivos táticos e operacionais específicos para cada unidade do Departamento.

### Levantamento dos Projetos e Iniciativas de TIC

No contexto da ENTIC-JUD e do planejamento estratégico do CNJ, foram identificadas diversas demandas relacionadas ao cumprimento dos seus objetivos estratégicos. Essas demandas foram levantadas a partir de diferentes fontes, tais como as ações estratégicas do DTI, PDTIC.CNJ 2021/2022, informações provenientes do escritório de projetos do próprio DTI, entre outras.

A Justiça 4.0, a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e o Processo Judicial Eletrônico (PJe) também foram considerados, uma vez que essas iniciativas visam modernizar, promover a

transformação digital, e a digitalização do sistema judiciário brasileiro, trazendo mais agilidade e eficiência aos processos.

Os normativos de TIC também foram levados em conta, uma vez que eles estabelecem as regras e diretrizes para o uso da tecnologia da informação no poder judiciário.

## Consolidação das informações

Após a conclusão de todos os levantamentos mencionados e a definição dos objetivos e indicadores-chave de resultados, o próximo passo foi a consolidação e validação do documento por parte da equipe interna do DTI. Esse processo envolveu a revisão cuidadosa do documento, garantindo que todas as informações estivessem corretas e que as metas definidas fossem realistas e alcançáveis.

## Definição de metas e ações para atingir os objetivos estratégicos

O novo PDTIC.CNJ segue em direção à realização dos objetivos estratégicos do Conselho, o que promove a solidez e a continuidade dos resultados do Departamento.

Além disso, foram mantidos os resultados-chave (KRs) estabelecidos no plano anterior (PDTIC.CNJ 2021/2022), mas ampliando as metas para os anos de 2023 e 2024. Com essa ampliação, busca-se promover a melhoria contínua dos resultados do departamento, garantindo assim um aprimoramento constante dos serviços prestados pelo CNJ.

O objetivo é garantir a solidez e continuidade, mas também permitir que o Departamento possa se desenvolver de forma constante e consistente, oferecendo serviços de alta qualidade, atendendo às demandas da sociedade e promovendo a justiça de forma eficiente e efetiva.

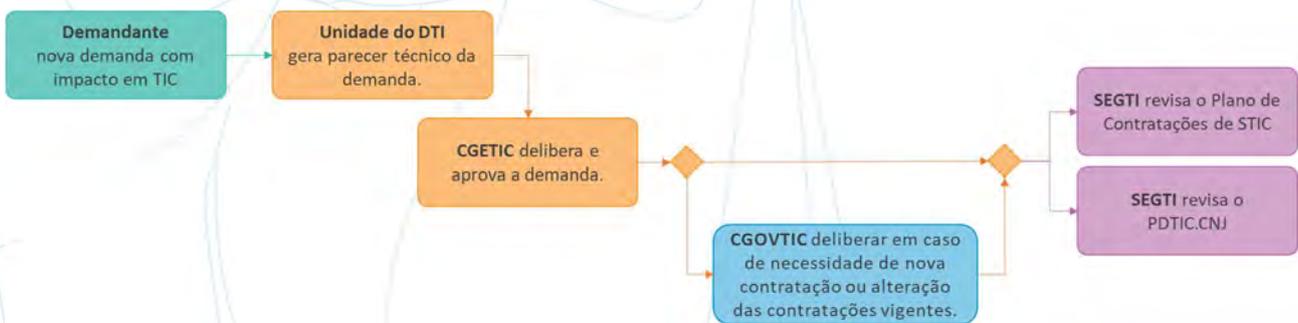
## MODELO DE EXECUÇÃO DO PDTIC.CNJ

O PDTIC.CNJ engloba o CNJ como um todo, não se limitando apenas ao DTI, sendo fundamental que o Plano seja atualizado periodicamente para atender às necessidades atuais do Conselho.

Com o propósito de superar os desafios encontrados em execuções anteriores do PDTIC.CNJ, decidiu-se por estabelecer uma perspectiva sistêmica. Neste contexto, durante a execução do PDTIC.CNJ, as novas demandas e projetos de TIC, bem como as modificações das existentes, desencadeiam a atualização contínua do Plano de Contratações de Soluções de TIC e do Orçamento de TIC do CNJ.

Para tanto, o processo de identificação de novas demandas de TIC se tornará o ponto único de entrada, sejam ações, operações ou projetos, para o DTI. Qualquer demanda aberta passará por uma análise inicial realizada pelo DTI. Caso a demanda seja classificada como operação ou se tiver características de projeto, será criado um Parecer Técnico da Demanda que avaliará inclusive os possíveis impactos no Orçamento de TIC e por consequência no plano de contratações de TIC. O Parecer deverá ser encaminhado para deliberação do Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGETIC) e caso gere necessidade de nova contratação ou impacte em contratações vigentes, sendo necessária atualização do Plano de Contratações de STIC, a demanda deverá ser objeto de deliberação do Comitê de Governança de TIC do CNJ (CGOVTIC).

### Visão macro da revisão do Plano de Contratações de STIC e PDTIC.CNJ com a necessidade do Demandante



O monitoramento constante dos projetos permitirá que os valores destinados à sua execução sejam retornados para o orçamento de TIC em caso de suspensão ou cancelamento. Da mesma forma, os recursos de projetos que não sejam totalmente utilizados também poderão ser objeto de remanejamento de forma a manter o equilíbrio da execução orçamentária de TIC.

Considerando um macrofluxo da gestão de projetos, o gerente do projeto deverá comunicar ao Escritório de Projetos qualquer demanda em seu projeto que envolva despesas de TIC não previstas, que levará a questão para deliberação inicial com a CGETIC. Sendo aprovado, o plano de contratações será revisado, bem como o orçamento de TIC.

### Visão macro da revisão do Plano de Contratações de STIC e PDTIC.CNJ com a necessidade de novas contratações em projetos



Para exemplificar, no contexto de um projeto que envolve a aquisição de computadores e licenças de software, quando o gerente do projeto identificar a necessidade de aquisições, deverá comunicar o Escritório de Projetos do DTI, que irá analisar e submeter, se necessário, para deliberação do CGETIC. Caso a demanda seja aprovada pelo CGETIC e gere necessidade de nova contratação ou impacte em contratações vigentes, será submetida para deliberação do CGOVTIC. Se for aprovada, será aberto um processo para atualização do Plano de Contratações de STIC.

Por sua vez, qualquer projeto que gerar custo de TIC deverá notificar o DTI para análise, e sempre que necessário, alterar o plano de contratações, uma vez que também impactará o orçamento de TIC.

Para a execução efetiva do novo PDTIC.CNJ, os projetos foram mapeados e vinculados aos contratos que dão suporte à sua execução. Destacamos que todas as novas demandas de contratações também serão tratadas como projetos. Além disso, para cada nova demanda, será levantado obrigatoriamente o custo de TIC para a sua execução.

Com isso, será possível realizar um monitoramento assíduo e um relatório para as áreas envolvidas, com um controle ativo e ajustes sempre que oportuno.

## MONITORAMENTO E CONTROLE DO PDTIC.CNJ

Para garantir o sucesso do PDTIC.CNJ, será realizado um monitoramento constante de todas as ações planejadas. Isso inclui reuniões regulares de acompanhamento e atualização do status das ações com os gestores negociais e gestores técnicos, a fim de garantir que o plano esteja em linha com os objetivos estratégicos do CNJ.

Além disso, será definido um processo padronizado para distribuição de papéis e responsabilidades, garantindo que todos os envolvidos saibam exatamente o que é esperado deles em cada etapa do processo. Isso facilitará a execução das ações, evitando retrabalhos e aumentando a eficiência do processo.

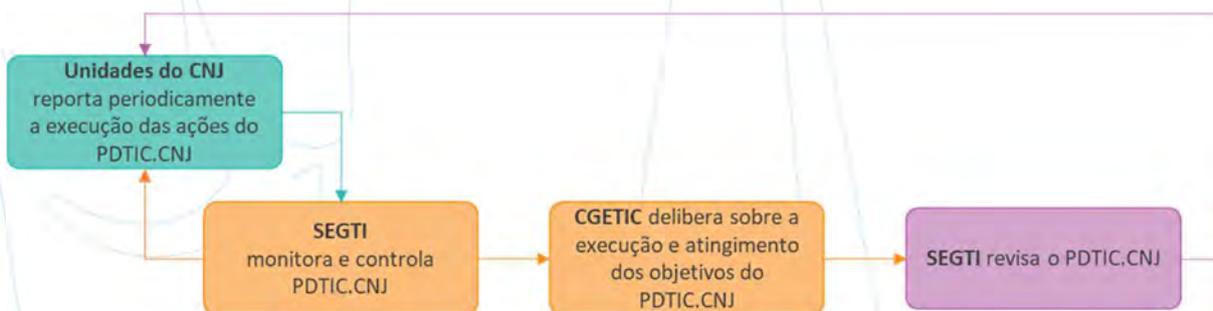
Para promover a transparência da informação, todas as informações serão exibidas em painéis de *Business Intelligence* (BI), permitindo que todas as partes interessadas acompanhem o progresso das ações em tempo real. Essa abordagem garante que todos estejam cientes do status das ações, evitando atrasos ou falhas no processo.

Sempre que necessário, serão realizados ajustes nos planos de ação para adequar o PDTIC.CNJ ao cenário político e econômico. Dessa forma, será possível garantir que o Plano seja adaptado às mudanças e desafios, mantendo a efetividade das ações planejadas.

Essas práticas de monitoramento, padronização, transparência e adaptação garantem que o PDTIC.CNJ seja bem-sucedido e traga benefícios reais para o CNJ, permitindo que a TIC seja uma unidade estratégica no alcance dos objetivos estabelecidos.

O progresso do monitoramento será comunicado periodicamente ao Comitê de Gestão de TIC (CGETIC), pelo menos trimestralmente, com o objetivo de informar sobre o avanço e definir ações de correção e a revisão do PDTIC.CNJ.

### Visão macro do monitoramento e PDTIC.CNJ



Como parte do processo de monitoramento, alguns alertas devem ser considerados para a revisão do Plano, sendo elas, mas não limitando, mudanças:

<b>Na gestão</b>	Podem promover mudanças nos cenários e consequentemente repriorização das ações.
<b>No orçamento de TIC</b>	Impactam diretamente na gestão dos contratos existentes e vindouros.
<b>Nos recursos humanos</b>	Alteração no número de servidores ou terceirizados irão impactar na capacidade de execução das demandas do DTI.
<b>Nos normativos</b>	Alterações nos normativos do Poder Judiciário que impactam na TIC poderão influenciar nas demandas planejadas, bem como poderão surgir novas demandas prioritárias.

Foi criado o *Cockpit* de Governança e Gestão do DTI/CNJ com o intuito de permitir o acompanhamento da execução das ações comprometidas do PDTIC.CNJ de forma integrada e organizada. Nele, é possível monitorar indicadores de desempenho, além de acompanhar o status de cada projeto e identificar eventuais atrasos ou problemas.

O painel é atualizado periodicamente e permite que os responsáveis pela gestão do DTI/CNJ tomem decisões precisas, promovendo a garantia, a eficiência e a eficácia das atividades do DTI e, consequentemente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo CNJ.

O painel pode ser acessado através do link: <http://tiny.cc/by06vz>

### Cockpit de Governança e Gestão do DTI/CNJ



## GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gerenciamento de riscos envolve a identificação, avaliação, priorização, monitoramento e controle dos riscos que podem afetar o PDTIC.CNJ do CNJ.

A matriz de riscos do Plano é viva e deverá ser visitada e revisada constantemente. Para a criação da versão inicial dessa matriz, foram realizadas as seguintes etapas:

<b>Identificação dos riscos</b>	Identificação dos eventos ou condições que podem afetar negativamente os objetivos e planos.
<b>Análise</b>	Avaliação dos riscos identificados em termos de sua probabilidade de ocorrência, impacto.
<b>Plano de respostas aos riscos</b>	Estratégias para lidar com os riscos identificados, tais como evitá-los, reduzir sua probabilidade ou o seu impacto, até mesmo aceitá-los.
<b>Monitoramento e controle de riscos</b>	Acompanhamento contínuo do progresso do PDTIC.CNJ, identificando novos riscos, avaliando o impacto das respostas implementadas e atualizando o plano de respostas a riscos, se necessário.

A matriz de risco considerou a probabilidade de o risco acontecer com o impacto que iria trazer para a execução do PDTIC.CNJ, conforme pode ser visto nas tabelas abaixo:

### Matriz de Probabilidade

Percentual	Probabilidade	Descrição
00% – 20%	Muito baixa	Improvável a ocorrência do risco.
21% – 40%	Baixa	Pode ser que ocorra uma vez entre 2023 e 2024.
41% – 60%	Média	Pode acontecer duas vezes entre 2023 e 2024.
61% – 80%	Alta	Pode acontecer semestralmente.
81% – 100%	Muito alta	Pode acontecer mensalmente.

### Matriz de Impacto

Impacto	Descrição
Muito baixo	Consequência pouco significativa para o PDTIC.CNJ, podendo ser aceita.
Baixo	Consequências pode ser reversível em curto ou médio prazo com custo baixo.
Moderado	Consequências pode ser reversível em curto ou médio prazo com custo moderado.
Alto	Apesar de ser reversível, o custo para a correção é muito elevado, podendo inclusive impactar na imagem do CNJ.
Muito alto	Consequências irreversíveis para PDTIC.CNJ e/ou com custos inviáveis e/ou com impacto na imagem do CNJ.

### Matriz resultante de probabilidade X impacto

Probabilidade	81% – 100%	Média	Média	Alta	Crítico	Crítico
	61% – 80%	Baixa	Média	Alta	Alta	Crítico
	41% – 60%	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta
	21% – 40%	Baixa	Baixa	Média	Média	Alta
	00% – 20%	Insignificante	Baixa	Baixa	Baixa	Média
		Muito baixo	Baixo	Moderado	Alto	Muito alto
Impacto						

### Riscos mapeados

Riscos	Probabilidade	Impacto	Grau do Risco
Ausência de planejamento das demandas pela área gestora	41% – 60%	Moderado	Média
Não envolvimento do DTI nos projetos das unidades que envolvam TIC	61% – 80%	Alto	Alta
Alteração frequente no escopo de projetos	41% – 60%	Moderado	Média
Alteração frequente no requisito da solução	81% – 100%	Moderado	Alta
Utilização de novas tecnologia sem expertise do DTI	41% – 60%	Baixo	Baixa
Falta de engajamento da área gestora durante a execução do projeto	41% – 60%	Moderado	Média
Falta de recursos-chave	41% – 60%	Moderado	Média
Sobrecarga de atividades em paralelo	61% – 80%	Moderado	Alta
Perda de contrato com equipe especializada	21% – 40%	Alto	Média
Não execução dos processos definidos na MGP	41% – 60%	Moderado	Média
Absorção de solução de TIC sem parecer técnico favorável	21% – 40%	Moderado	Média
Iniciação de novos projetos sem a conclusão de antigos	61% – 80%	Alto	Alta
Excesso de demandas emergências impedindo a execução das demandas pré-definidas	81% – 100%	Moderado	Alta
Suspensão ou cancelamento de licitações essenciais	21% – 40%	Alto	Média
Baixo monitoramento e atualização das atividades	61% – 80%	Baixo	Média

## OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE

Para a instituição dos objetivos e dos indicadores de resultado do PDTIC.CNJ foram analisados as estratégias, os cenários e os objetivos estratégicos da:

- **Estratégia Nacional do Poder Judiciário**  
Macrodesafio 12 – Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados
- **Planejamento Estratégico do CNJ**  
OE9 – Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital.  
OE10 – Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas
- **Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)**  
OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário  
OE2 – Promover Transformação Digital  
OE3 – Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores  
OE4 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa  
OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão  
OE6 – Aprimorar as Aquisições e Contratações  
OE7 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados  
OE8 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas

A tabela abaixo apresenta a lista de resultados chave (KRs) de TIC, atingidos e previstos entre os anos de 2021 e 2024, do PDTIC.CNJ:

Id	Objetivo	Resultados Chave	Meta 2024	Meta 2023
ID1	OE1: Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	Aumentar a satisfação dos usuários de TIC por chamado.	91%	89%
ID2	OE2: Promover a Transformação Digital	Realizar eventos de conscientização sobre Transformação Digital por ano	3	1
ID3	OE3: Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	Cumprir a meta anual do Plano de Capacitação de TIC.	83%	80%
ID4	OE4: Buscar a Inovação de Forma Colaborativa	Aumentar o número total de iniciativas cadastradas no Connect-Jus.	1.800	1.600
ID5	OE5: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	Evoluir o resultado do iGovTIC-JUD do CNJ.	82	80

ID6		Cumprir a meta anual do Plano de Contratações de STIC.	93%	92%
	OE6: Aprimorar as Aquisições e Contratações			
ID7		Encaminhar os artefatos do Plano de Contratação de STIC até os meses de agosto de cada ano.	93%	92%
ID8	OE7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Aumentar o índice de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco.	60%	50%
ID9	OE8: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	Aumentar o número de procedimentos operacionais padrão (POPs) mapeados.	14	12
ID10		Automatizar a implantação de soluções de TIC entre os ambientes de testes e produção.	100%	90%

## ALINHAMENTO E DETALHAMENTO DOS INDICADORES DO PDTIC.CNJ 2023/2024

### OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário

Atuar na melhoria e no incremento da qualidade dos atendimentos e da experiência dos serviços ofertados aos usuários do Poder Judiciário, seja de forma presencial ou virtual.

**Resultados Chave:** ID1 – Aumentar a satisfação dos usuários de TIC por chamado.

**Descrição:** avaliar a satisfação dos usuários internos e externos de TIC do CNJ. Cada demanda (chamado) aberta para o DTI é registrada no Sistema de Gestão de Demandas (SGD), após o seu encerramento, o solicitante responde uma pesquisa de satisfação sobre o atendimento recebido.

**Nota:** este indicador está alinhado com:

- ENTIC-JUD 2021-2026 – OE1 – Indicador 1.2

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Total de usuários respondentes e satisfeitos}}{\text{Usuários respondentes}} * 100$$

**Observação:** Considera-se, para fins do cálculo, “usuários respondentes e satisfeitos” aqueles que deram notas entre 7 e 10 na pesquisa de satisfação.

### OE2 – Promover a Transformação Digital

Realizar eventos para conscientizar e engajar os funcionários na Transformação Digital em 2023 e 2024.

**Resultados Chave:** ID2 – Realizar eventos de conscientização sobre Transformação Digital por ano.

**Descrição:** Eventos anuais visando disseminar a importância e práticas da Transformação Digital entre os funcionários.

**Fórmula:** 
$$\text{Total de eventos realizados}$$

### OE3 – Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores.

Melhorar o desempenho e o cumprimento de metas, considerando a importância em aperfeiçoar o reconhecimento dos profissionais da TI do Poder Judiciário por meio da Gestão de Competência Institucional.

**Resultados Chave:** ID3 – Cumprir a meta anual do Plano de Capacitação de TIC.

**Descrição:** executar o plano de capacitação de TIC com o intuito de melhorar as competências dos servidores do DTI e proporcionar uma melhor execução dos serviços, com o nível de qualidade exigido pelo CNJ.

**Nota:** este indicador está alinhado com:

- ENTIC-JUD 2021-2026 – OE3 – Indicador 3.1

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Total de capacitações realizadas}}{\text{Total de capacitações planejadas}} * 100$$

### OE4 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa

Potencializar a relação entre colaboração e inovação com vistas à evolução e expansão da maturidade de TIC do Poder Judiciário de modo a oferecer a desburocratização dos serviços e agregar valor aos usuários.

**Resultados Chave:** ID4 – Aumentar o número total de iniciativas cadastradas no Connect-Jus.

**Descrição:** avaliar o somatório das iniciativas publicadas no Connect-Jus de modo a impulsionar a colaboração, integração e compartilhamento de boas práticas de TIC.

**Nota:** este indicador está alinhado com:

- ENTIC-JUD 2021-2026 – OE4 – Indicador 4.1

**Fórmula:** 
$$\text{Total de iniciativas compartilhadas no Portal ConneJus}$$

## OE5 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão.

Consolidar os processos, as regulamentações e as leis no âmbito da administração do Poder Judiciário visando aprimorar a Governança, a Gestão e o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos coletivamente.

**Resultados Chave:** ID5 – Evoluir o resultado do iGovTIC-JUD do CNJ.

**Descrição:** acompanhar os resultados do iGovTIC-JUD, desenvolvido com o propósito de avaliar a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário.

**Nota:** este indicador está alinhado com:

- ENTIC-JUD 2021-2026 – OE5 – Indicador 5.2

**Fórmula:** *Atingir resultado no iGovTIC – JUD*

## OE6 – Aprimorar as Aquisições e Contratações

Aperfeiçoar a utilização de métodos, processos e ferramentas que proporcionem a melhoria nas aquisições e contratações de TIC, em busca de otimizar os recursos do Poder Judiciário.

**Resultados Chave:** ID6 – Cumprir a meta anual do Plano de Contratações de STIC.

**Descrição:** realizar as ações prevista no Plano de Contratações de STIC do DTI para o ano 2023.

**Nota:** este indicador está alinhado com:

- ENTIC-JUD 2021-2026 – OE6 – Indicador 6.2

**Fórmula:**  $\frac{\text{Total de contratações realizadas}}{\text{Total de contratações planejadas}} * 100$

**Resultados Chave:** ID7 – Encaminhar os artefatos do Plano de Contratação de STIC até os meses de agosto de cada ano.

**Descrição:** encaminhar os artefatos de contratação DOD, TR e ETP.

**Nota:** este indicador está alinhado com:

- ENTIC-JUD 2021-2026 – OE6 – Indicador 6.2

**Fórmula:**  $\frac{\text{Total de DOD,TR e ETP entregues}}{\text{Total de DOD,TR e ETP planejados}} * 100$

## OE7 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados

Melhorar os avanços voltados para a Segurança da Informação e dados pessoais frente aos mais diversos desafios, fazendo-se valer principalmente das vantagens oriundas da utilização de Inteligência Artificial e demais soluções disruptivas de TIC.

**Resultados Chave:** ID8 – Aumentar o índice de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco.

**Descrição:** manter atualizado o Plano de Gestão de Risco de TIC especificando os controles; a estrutura; a tipologia; a criticidade; a matriz e níveis de riscos; a definição do apetite e da tolerância; e o tratamento dos riscos; bem como definir as metodologias e ferramentas necessárias ao apoio da Gestão de Riscos.

**Nota:** este indicador está alinhado com:

- ENTIC-JUD 2021-2026 – OE7 – Indicador 7.2

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Total de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco}}{\text{Total de Soluções de TIC de alta criticidade}} * 100$$

## OE8 – Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.

Aprimorar e incrementar todo aparato responsável por gerenciar os serviços de TIC do Poder Judiciário, principalmente nas iniciativas voltadas para Infraestrutura e Soluções Corporativas.

**Nota:** estes indicadores estão alinhados com:

- ENTIC-JUD 2021-2026 – OE8 – Indicador 8.1

**Resultados Chave:** ID9 – Aumentar o número de procedimentos operacionais padrão (POPs) mapeados.

**Descrição:** identificar os processos e procedimentos críticos para o DTI, por meio de mapeamento do processo, análise e desenho de melhorias, contendo a criação de documentos do tipo procedimentos operacionais padrão (POPs).

**Fórmula:** 
$$\text{Total de POPs mapeados}$$

**Resultados Chave:** ID10 – Automatizar a implantação de soluções de TIC entre os ambientes de testes e produção.

**Descrição:** fornecer a capacidade de mover as soluções de TIC entre os ambientes de teste e produção usando processos automatizados (automação do *deploy*), proporcionando implantação contínua, repetíveis e confiáveis em todo o ciclo de entrega de software.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Total de Novas Soluções de TIC em Produção com automação do deploy}}{\text{Total de Novas de Soluções de TIC em Produção}} * 100$$

## ORÇAMENTO DE TIC

O planejamento e execução do Plano Orçamentário de TIC do CNJ para o período de 2021-2026 está alinhado com a ENTIC-JUD e busca o aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira; o fortalecimento nacional de TIC; a segurança da informação e proteção de dados; o aperfeiçoamento da gestão administrativa e governança judiciária; a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; o aprimoramento dos sistemas administrativos e judiciais; a promoção e adoção de padrões tecnológicos e a colaboração entre os órgãos do Poder Judiciário.

Os recursos orçamentários de TIC gerenciados pelo DTI são previstos e aprovados em um orçamento público para serem utilizados para a realização de atividades ou projetos. Esses recursos são distribuídos de acordo com a sua finalidade, podendo ser custeio ou investimento.

**Recursos orçamentários para custeio** são destinados a cobrir as despesas correntes do DTI que são necessárias para manter a operação da instituição.

**Recursos orçamentários para investimentos** são destinados a projetos que visam melhorar a infraestrutura, adquirir equipamentos e bens duráveis, criar novos programas e serviços, ou outras iniciativas que possam trazer benefícios a longo prazo para o DTI, para o CNJ, para o Poder Judiciário e para a sociedade.

Dessa forma, enquanto os recursos orçamentários para custeio são utilizados para manter as atividades rotineiras do DTI, os recursos orçamentários para investimentos são direcionados para projetos e iniciativas que visam melhorias e crescimento a longo prazo.

O Orçamento de TIC do CNJ do ano de 2023 está explicitado na tabela abaixo:

### Orçamento de TIC - 2023

<b>Orçamento</b>	<b>R\$ 59.758.136,00</b>
Custeio	R\$ 53.482.725,00
Investimento	R\$ 6.275.411,00

O orçamento de TIC é composto por três Planos Orçamentários(PO), dentro da ação orçamentária do controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias (21BH) sendo dividido em:

PO 0003	Manutenção e Aprimoramento dos Serviços e do Parque Tecnológico do CNJ.
PO 0004	Manutenção e Aprimoramento do Processo Judicial Eletrônico - PJe.
PO Seg0	Segurança da informação.

## Processo de elaboração do Plano de Contratações de STIC

Durante os meses de março e abril, a Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação (SEGTI) conduz uma análise dos contratos vigentes e realiza um levantamento das necessidades que afetam o orçamento de TIC, em colaboração com as unidades internas do DTI e as áreas de negócio do CNJ.

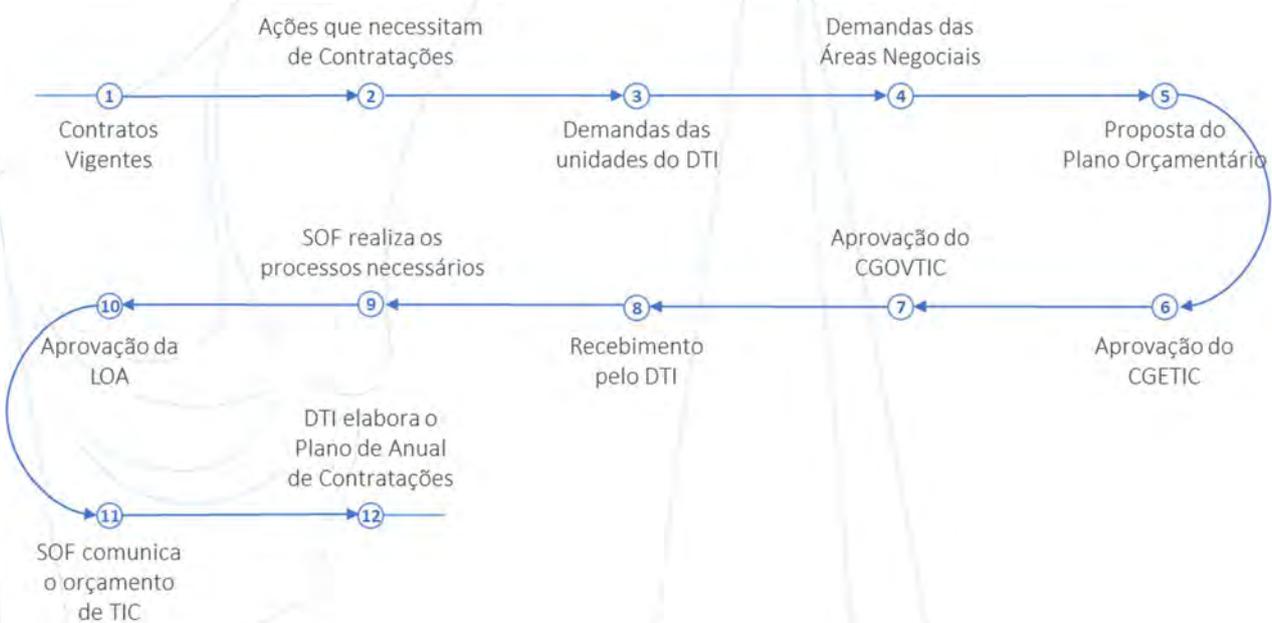
Após o diagnóstico, é feita a consolidação das informações, resultando em uma proposta de plano orçamentário de TIC. Essa proposta é submetida ao Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGETIC) para análise e aprovação interna do DTI.

Com a aprovação do CGETIC, a proposta é apresentada ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGOVTIC), composto pelos Juizes Auxiliares Supervisores do DTI, além dos titulares da Secretaria-Geral da Presidência, da Diretoria-Geral, da Assessoria da Corregedoria, do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica.

Uma vez aprovada pelo CGOVTIC, a proposta é encaminhada pelo diretor do DTI à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), onde são realizados os seus processos internos, bem como os trâmites da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assim que a LOA é aprovada, a SOF comunica o orçamento de TIC disponível. Com base nesse orçamento, o DTI elabora o Plano de Contratações para o ano seguinte.

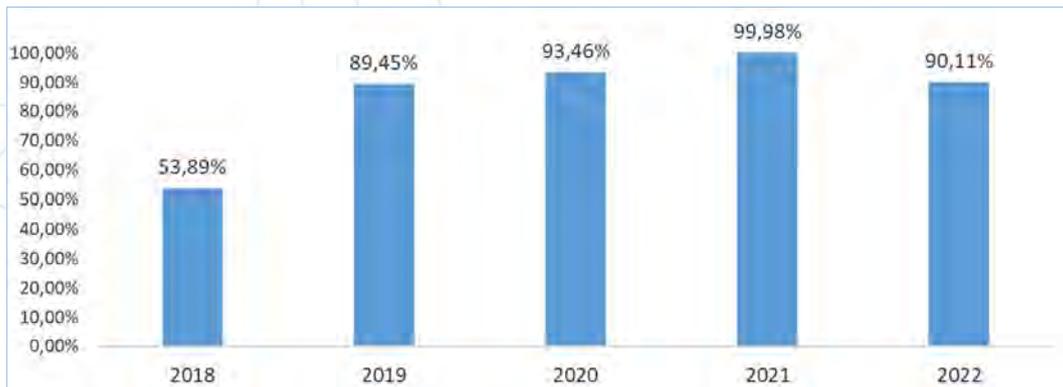
### Linha do tempo para a elaboração do PCA-TIC



## Histórico recente da execução orçamentária de TIC

Para uma compreensão mais clara do desempenho da execução orçamentária de TIC, apresentamos no Gráfico 1 abaixo a relação das despesas pagas com as empenhadas por ano. Isso representa a materialização das despesas orçamentadas, levando em conta o valor empenhado e o que foi efetivamente liquidado. Este controle é crucial para assegurar uma gestão eficiente dos recursos destinados à área de TIC.

Gráfico 1: Histórico recente da execução orçamentária de TIC

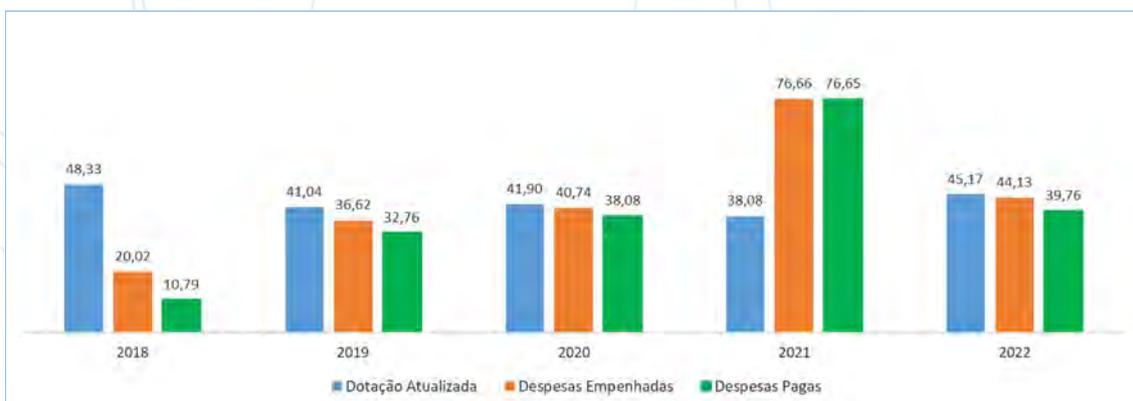


## Execução do Orçamento de TIC

O gráfico 2 abaixo demonstra a relação entre a dotação atualizada, as despesas empenhadas e as despesas pagas em milhões de reais entre 2018 e 2022.

Cabe destacar que os valores de 2021 são compostos de uma dotação Inicial no valor de R\$ 38,82 milhões, mais recursos externos no valor de R\$ 37,84 milhões. Já o ano de 2022, no momento da elaboração desse documento, ainda possuía restos a pagar no valor de R\$ 723.023,28.

Gráfico 2: Execução do orçamento de TIC (em milhões de reais)



### Maiores Contratações entre 2021-2024

As maiores contratações são aquelas que consomem o maior percentual do orçamento de TIC, destacando os contratos de nuvem computacional, contrato para o desenvolvimento e sustentação das soluções de TIC (fábrica de *software*), central de serviços para atendimento aos usuários internos e externos de TIC, sustentação da infraestrutura tecnológica, e apoio a governança e gestão. O gráfico abaixo exibe os valores em milhões de reais.

Gráfico 3: Maiores contratações de TIC (em milhões de reais)



\*Valores 2023 e 2024 são projeções baseadas na execução dos contratos

### Perfil do Orçamento de TIC em relação às despesas de Custeio e de Investimento

Analisando os gráficos abaixo, é possível observar o crescimento do custeio de TIC relacionado ao aumento de ações de tecnologia da informação tanto para o CNJ quanto para prover melhores serviços para todo o Poder Judiciário. Também é possível constatar a diminuição dos valores de investimento em melhorias da infraestrutura interna do DTI/CNJ, uma vez que os atuais serviços de TIC estão sendo migrados para a nuvem, exigindo menos infraestrutura interna, bem como a migração para o modelo de subscrição do uso de *software* para *Software* como Serviço (SaaS).

Gráfico 4: Perfil do Orçamento de TIC em relação às despesas de custeio e de investimento (em milhões de reais)



## Plano de Contratações de STIC - 2023

Esta seção traz informações detalhadas sobre os contratos vigentes por projeto, visando elucidar os aspectos financeiros que podem impactar o PDTIC.CNJ como um todo.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os contratos em andamento, destacando os valores envolvidos e os serviços contratados. Com esses dados, é possível ter uma visão das ações em andamento, sendo importante ressaltar que a transparência nas informações financeiras é fundamental para a gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos. Com o conhecimento preciso dos contratos vigentes por projeto, é possível tomar decisões mais acertadas, reduzindo riscos e otimizando os investimentos.

É relevante destacar que as informações apresentadas na tabela abaixo foram obtidas em 04/05/2023 e são dinâmicas, estando sujeitas as mudanças conforme as revisões do PDTIC.CNJ, a execução do Plano de Contratações de Soluções de TIC, bem como alterações na estratégia de TIC do CNJ.

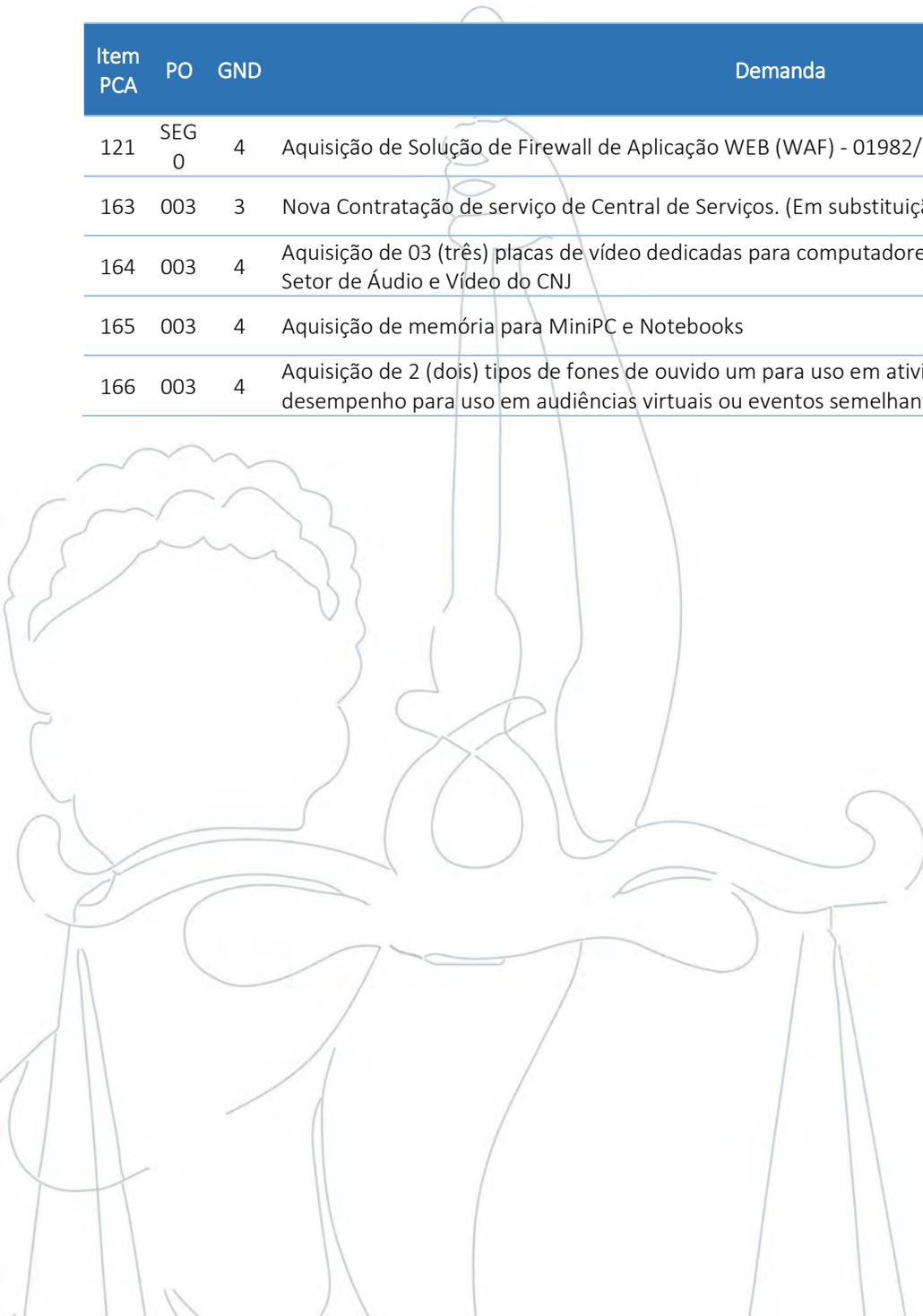
Item PCA	PO	GND	Demanda	Captação 2023	OE	Demanda Nova	Processo SEI	Nº do contrato
66	003	3	Prestação presencial de serviços, sob demanda, de desenvolvimento e manutenção de software com práticas ágeis. Contrato 13/2021	2.471.992,53	OE8	Não	05539/2021	Contrato n. 13/2021
67	003	3	Novo Contrato de Nuvem. Substituto do Contrato 24/2021.	16.000.000,00	OE8	Sim	10958/2022	Contrato n. 34/2022
68	003	3	Prestação de serviços técnicos de atendimento remoto e presencial aos usuários de soluções de TIC. Contrato 35/2021	3.233.333,69	OE8	Não	03577/2020	Contrato n. 35/2021
69	003	3	Prestação de Serviço de sustentação do Ambiente Tecnológico do CNJ. Substituto do contrato 31/2020.	2.245.496,65	OE8	Sim	07058/2021	
70	003	3	Prestação de serviços técnicos para eventual prestação de apoio às atividades de planejamento, processos e gerenciamento de projetos em Tecnologia da Informação, a fim de atender às demandas do CNJ. Contrato 03/2020 - MEMORA	6.403.027,54	OE5	Não	02897/2019	Contrato n. 03/2020
71	003	3	Prestação dos serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em Tecnologia da Informação, na forma de assinaturas para acesso a bases de conhecimentos, bem como serviços complementares de apoio à consulta, interpretação e aplicação das informações contidas nas referidas bases. Contrato 29/2020 - GARTNER	2.702.808,00	OE5	Não	03480/2020	Contrato n. 29/2020
72	003	3	Prestação do fornecimento de subscrição <i>Elastic Cloud Enterprise</i> . Contrato 05/2020 - ASPER	2.009.000,00	OE8	Não	13700/2019	Contrato n. 05/2020

Item PCA	PO	GND	Demanda	Captação 2023	OE	Demanda Nova	Processo SEI	Nº do contrato
73	003	3	Serviços especializados "Elastic Cloud Enterprise" - Contrato 43/2019	113.772,83	OE8	Não	06964/2019	Contrato n. 43/2019
74	003	3	Licenças Microsoft (Office 365, Windows e outros) - Contrato 32/2021	2.865.472,36	OE8	Não	02875/2021	Contrato n. 32/2021
75	003	3	Prestação do serviço de manutenção, com suporte e atualização de versões para o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD - Oracle) - Contrato 01/2022	683.826,11	OE8	Não	00445/2021	Contrato n. 01/2022
76	003	3	Serviços de manutenção da célula da Sala Cofre - Substituto Contrato 19/2018	367.464,01	OE8	Sim	10172/2022	
77	003	3	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da Sala Cofre (célula) com certificação ABNT NBR 15.247 (Grupo 1) - Contrato 19/2018 - ACECO	268.531,39	OE8	Não	06325/2018	Contrato n. 19/2018
78	003	3	<u>Outsourcing de Impressão - Substituto Contrato 14/2019</u>	300.000,00	OE8	Não	01317/2021	Contrato n. 25/2022
79	003	3	Prestação de serviços técnicos de manutenção em ativos de microinformática e execução continuada de atividades de suporte técnico - Contrato 22/2022	398.520,00	OE8	Não	02474/2021	Contrato n. 22/2022
80	003	3	Prestação dos serviços de link de comunicação para interligação das unidades descentralizadas do CNJ. - Contrato 06/2020 SERPRO	375.953,66	OE8	Não	00436/2020	Contrato n. 06/2020
81	003	3	Prestação de serviço de suporte das Licenças Qlik. Contrato 47/2019	261.441,69	OE8	Não	14128/2019	Contrato n. 47/2019
82	003	3	Suporte Técnico para Solução de Telefonia VoIP	194.400,00	OE8	Não	01015/2022	
83	003	3	Serviços de manutenção do grupo gerador e UPS - Substituto do Contrato 21/2018	121.563,52	OE8	Sim	10172/2022	
84	003	3	Serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva dos subsistemas de alimentação elétrica (UPS e Geradores) da sala cofre (grupo 2). - Contrato 21/2018 - Power Safety	88.834,88	OE8	Não	06317/2018	Contrato n. 21/2018
85	003	3	Suporte técnico para equipamento de armazenamento de dados VNX 7600 (STORAGE) - Contrato 30/2019 - INSIGHT	170.632,30	OE8	Não	02504/2019	Contrato n. 30/2019
86,1	003	3	Serviços técnicos de monitoramento, operação e controle do ambiente tecnológico do CNJ. Contrato 31/2018 - ALGAR TI - Monitoramento 24x7 baseados em níveis de serviço, medidos por indicadores, para execução continuada de atividades de monitoramento, operação e controle do ambiente tecnológico do CNJ.	173.688,61	OE8	Não	10939/2016	Contrato n. 31/2018
86,2	003	3	Serviços técnicos de monitoramento, operação e controle do ambiente tecnológico do CNJ. Substituto do Contrato 31/2018	15.812,06	OE8	Sim	02586/2023	
87,1	003	3	Contratação de solução de rede sem fio para substituição e ampliação do atual sistema de rede do Conselho Nacional de Justiça (Solução Wireless)	176.022,08	OE8	Sim	05913/2021	

Item PCA	PO	GND	Demanda	Captação 2023	OE	Demanda Nova	Processo SEI	Nº do contrato
87,2	003	4	Contratação de solução de rede sem fio para substituição e ampliação do atual sistema de rede do Conselho Nacional de Justiça (Solução Wireless)	1.673.919,21	OE8	Sim	05913/2021	
88	003	3	Serviços de fornecimento de créditos do Azure Monetary Commitment - Contrato 20/2022	82.294,70	OE8	Não	08599/2021	Contrato n. 20/2022
89	003	3	Serviços de Suporte Técnico para Equipamentos de Armazenagem de Dados (Storage Huawei)	129.600,00	OE8	Não	09620/2021	Contrato n. 35/2022
90	003	3	Serviços de sustentação da subscrição de software online para apoio ao escritório de projetos, gerente de projetos, atividades, e geração de relatórios nativos pela solução e consultoria em implantação. - Contrato 21/2022	110.762,08	OE5	Não	06738/2021	Contrato n. 21/2022
91	003	3	Serviços de Suporte Appliance Backup. Contrato 38/2021 - JAMC Consultoria	105.642,20	OE8	Não	03851/2021	Contrato n. 38/2021
92	003	3	Serviços de suporte técnico para a fitoteca - Contrato 03/2022	56.225,20	OE8	Não	01203/2021	Contrato n. 03/2022
93	003	3	Serviços de abastecimento de diesel do gerador- Substituto do Contrato 20/2018	25.864,81	OE8	Sim	10172/2022	
94	003	3	Serviços de Reabastecimento dos Tanques do Gerador - Contrato 20/2018 - DATACENTER	18.901,21	OE8	Não	06342/2018	Contrato n. 20/2018
95	003	3	Serviços de Sustentação de Recuperação dos dados contidos no Cadastros de Pessoa Física (CPF) e Pessoa Jurídica (CNPJ), para fornecimento de informações ao PJe e outros sistemas do Conselho Nacional de Justiça - Contrato 06/2022	37.019,93	OE8	Não	03235/2021	Contrato n. 06/2022
96	003	3	Serviços de links de internet com serviço de proteção a DDOS (Link 1, redundante ao link 2) - Contrato 27/2020 - ConnectX -	34.149,21	OE8	Não	10681/2020	Contrato n. 27/2020
97	003	3	Serviços de links de internet com serviço de proteção a DDOS (Link 2, redundante ao link 1) - Contrato 28/2020 - RD Telecom	34.149,21	OE8	Não	10683/2020	Contrato n. 28/2020
98	003	3	Serviços de Manutenção do Parque de Computadores Servidores do CNJ (Dell e HP) - Contrato 31/2021	27.441,10	OE8	Não	03778/2021	Contrato n. 31/2021
99	003	4	Renovação Licenças VMware - Substituto do contrato 57/2019	1.684.530,00	OE8	Sim	10052/2022	Contrato n. 02/2023
100	003	4	Solução de armazenamento de dados	1.585.000,00	OE8	Sim	Não iniciado	
101	003	4	Licenças Netbackup - Substituto dos itens 1 e 2 do Contrato 38/2021 - PETACORP(JAMC)	1.167.075,00	OE8	Sim	Não iniciado	
102	003	4	Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas	1.066.961,39	OE5	Sim	02820/2022	

Item PCA	PO	GND	Demanda	Captação 2023	OE	Demanda Nova	Processo SEI	Nº do contrato
104	003	3	TED 08/2020 (STF e CNJ) - Utilização de uma área equivalente a 11,8 metros quadrados do espaço total da sala cofre principal do STF	120.000,00	OE8	Não	10014/2020	n/a
105	003	3	Registros de softwares do CNJ no Sistema E-INPI (CODEX e SINAPSES) - 04080/2021	600,00	OE8	Não	04080/2021	n/a
106	004	3	TED 02/2020 - UFPE = Projeto Laboratório de Mineração de Processos no Judiciário	159.986,44	OE8	Não	01764/2020	n/a
107	004	3	Treinamento DTI	250.000,00	OE3	Não	00003/2022	n/a
108	SEG 0	3	Serviços Gerenciados de Segurança da Informação (MSS) - Contrato 08/2021 - ISH	1.763.245,96	OE7	Não	00131/2020	Contrato n. 08/2021
109	SEG 0	3	Serviços e soluções para adequação do CNJ à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - 02094/2021	892.944,00	OE7	Não	02094/2021	Contrato n. 27/2022
110	SEG 0	3	Serviços de Apoio Técnico da Solução GRC (Governança Riscos e Compliance) - Contrato 10/2022	518.400,00	OE7	Não	01619/2021	Contrato n. 10/2022
111	SEG 0	3	Serviços de Provimento de solução de segurança de inteligência cibernética - Contrato 38/2019 - ZERUM	311.771,07	OE7	Não	00414/2018	Contrato n. 38/2019
112	SEG 0	3	Suporte Técnico para Solução de Segurança Integrada de Proteção contra Ameaças Avançadas (APT)	207.000,00	OE7	Não	01643/2022	
113	SEG 0	3	Solução de análise de vulnerabilidades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Contrato 26/2021	206.211,01	OE7	Não	03125/2021	Contrato n. 26/2021
114	SEG 0	3	Solução de Segurança de Perímetro de Rede (Serviço de Suporte Técnico on site/remoto para toda a solução Fortinet e seus componentes.)	30.000,00	OE7	Não	03987/2022	Contrato n. 01/2023
115	SEG 0	4	Solução de Segurança de Perímetro de Rede (Extensão de garantia, incluindo atualização tecnológica para 2 (dois) equipamentos FortiGate 1500D, por um período de 36 (trinta e seis) meses.)	200.000,00	OE7	Não	03987/2022	Contrato n. 01/2023
116	SEG 0	3	Serviços de Garantia Técnica e Treinamento (WAF) - de solução de firewall de aplicação Web (WAF). Contrato 01982/2021	167.400,00	OE7	Não	01982/2021	
117	SEG 0	3	Serviços de emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil, incluindo visitas para sua emissão, bem como o fornecimento de dispositivos tokens USB para armazenamento. - Contrato 30/2020 - Soluti	13.575,60	OE8	Não	00248/2020	Contrato n. 30/2020
118	SEG 0	3	Suporte técnico para 2 (dois) equipamentos de Firewall Fortigate 1500D e 1 (um) equipamento de Gerência do Firewall Fortimananager 1000D (perímetro de rede) - Contrato 01/2019 - NCT	581,91	OE7	Não	05461/2018	Contrato n. 01/2019
119	SEG 0	4	Expansão da solução de Inteligência Cibernética	346.481,32	OE7	Sim	Não iniciado	
120	SEG 0	3	Expansão da solução de Inteligência Cibernética	620.000,00	OE7	Sim	Não iniciado	

Item PCA	PO	GND	Demanda	Captação 2023	OE	Demanda Nova	Processo SEI	Nº do contrato
121	SEG 0	4	Aquisição de Solução de Firewall de Aplicação WEB (WAF) - 01982/2021	700.000,00	OE7	Não	01982/ 2021	
163	003	3	Nova Contratação de serviço de Central de Serviços. (Em substituição do Contrato 35/2021)	2.261.921,84	OE1	Sim	07219/ 2022	
164	003	4	Aquisição de 03 (três) placas de vídeo dedicadas para computadores de alto desempenho existentes no Setor de Áudio e Vídeo do CNJ	19.393,68	OE8	Sim	11159/ 2022	
165	003	4	Aquisição de memória para MiniPC e Notebooks	219.400,00	OE8	Sim	00772/ 2023	
166	003	4	Aquisição de 2 (dois) tipos de fones de ouvido um para uso em atividades normais e outro de alto desempenho para uso em audiências virtuais ou eventos semelhantes	64.725,00	OE8	Sim	00781/ 2023	



## AÇÕES ESTRATÉGICAS DE TIC

As ações estratégicas de TIC abrangem as iniciativas planejadas, implementadas, monitoradas e controladas pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI). Essas ações são realizadas em conformidade com os compromissos estabelecidos pelo próprio DTI, acordos firmados com o Tribunal de Contas da União (TCU), bem como com os demais órgãos do Poder Judiciário, sempre alinhadas às estratégias estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As informações apresentadas na tabela abaixo são referentes à data de 11/05/2023. Para acessar as informações mais atualizadas, visite o painel 'Cockpit de Governança e Gestão de TIC' por meio do seguinte *link*: <http://tiny.cc/by06vz>.

ID Ação	Ação Estratégica de TIC	Unidade Responsável	Data Início	Data Fim	Status	Objetivo Estratégico	Contratos Associados
1	Avaliação da possibilidade de atualização e aprimoramento do SEI para utilização como canal das demandas relativas à LGPD.	SEGS	01/08/2023	31/12/2024	Não iniciada	OE5   OE7	1
2	Criar e manter a Matriz de riscos de TIC	SEGS	01/08/2023	31/12/2023	Não iniciada	OE5   OE7	1
3	Elaborar Manuais de Referência para o gerenciamento, controle e padrões necessários ao aperfeiçoamento da segurança cibernética	SEGS	15/01/2024	31/07/2024	Não iniciada	OE5   OE7	1
4	Definir níveis de segurança de acordo com o Art. 9 da ENSEC-JUD - elevar o nível de segurança das infraestruturas críticas	SEGS	01/10/2023	31/05/2024	Não iniciada	OE5   OE7	1
5	Elaborar o Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços.	SEGS	03/04/2023	31/12/2023	Em andamento	OE5   OE7	1
6	Estabelecer modelo centralizado de governança cibernética nacional de acordo com a ENSEC-JUD.	SEGS	15/01/2024	31/12/2024	Não iniciada	OE5   OE7	1
7	Manter banco de dados contendo currículos de especialistas, entidades especializadas ou pessoas diretamente afetadas em temas específicos de interesse do Poder Judiciário	DCOR	01/08/2023	31/12/2023	Não iniciada	OE8	1
8	Criação de interface de programação de aplicativos (API) para os modelos de Inteligência Artificial desenvolvidos pelos órgãos do Poder Judiciário.	DPJE	15/01/2024	31/12/2024	Não iniciada	OE2   OE4   OE8   CNJ OE9	1
9	Disponibilização de solução para concepção, o desenho, a construção, a implantação e o atendimento das soluções de TIC e serviços digitais	DPJE	15/01/2024	31/12/2024	Não iniciada	OE8	1
10	Portal com interface nacional única para os usuários externos.	DTE	15/01/2024	31/12/2024	Em andamento	OE1	1

ID Ação	Ação Estratégica de TIC	Unidade Responsável	Data Início	Data Fim	Status	Objetivo Estratégico	Contratos Associados
11	Coordenação do programa de melhoria contínua do MoReq-Jus	DPJE	16/01/2023	31/12/2024	Em andamento	OE5   OE8   CNJ OE9   CNJ OE10	1
12	Criação e implantação de um modelo de compartilhamento de custos da PDPJ	DTE	16/01/2023	31/12/2024	Em andamento	OE5   OE6	1
13	Criação de um painel BI para que a equipe de secretariado de Apoio à Governança possa realizar a consolidação, catalogação e disponibilização das informações de incidentes por meio de painéis	SEGSJ	01/08/2023	31/12/2023	Não iniciada	OE5   OE7	1
14	Definição de Padrão mínimo do CNJ de capacitação para manter o nivelamento dos servidores	SEGTI	01/08/2023	31/12/2023	Não iniciada	OE3   OE5	1
15	Monitorar e analisar a rotatividade dos servidores de TIC	SEGTI	01/08/2023	31/12/2024	Não iniciada	OE3   OE5	1
16	Manter dados atualizados em relação ao cumprimento da ENTIC-JUD.	SEGTI	16/01/2023	31/12/2024	Em andamento	OE3   OE5	
17	Manter e acompanhar a Resolução CNJ nº 443/2022 que dispõe sobre a aplicação e disseminação dos conhecimentos sobre a PDPJ-Br nos editais de concursos públicos, seleções e capacitações para cargos de TIC dos órgãos do Poder Judiciário.	SEGTI	16/01/2023	31/12/2024	Em andamento	OE3   OE5	1
18	Disponibilização de mecanismos que permitam a interação com a sociedade por meio de canais e serviços digitais	DPJE	15/01/2024	31/12/2024	Não iniciada	OE1   OE2   OE8	
19	Elaborar e publicar balanços anuais com análises comparativas entre os valores máximos das contratações de soluções TIC dos órgãos do poder Judiciário e o valor homologado nas licitações dos demais órgãos, possibilitado a análise sobre a efetividade dos acordos e consequentemente o aprimoramento do processo de aquisição.	NCEO	16/01/2023	11/12/2023	Em andamento	OE5   OE6	
20	Desenvolver e implementar painel de preços do Poder Judiciário que projete impacto orçamentário e financeiro das contratações de solução de TIC.	SEGTI	01/10/2023	10/06/2024	Não iniciada	OE5	
21	Adotar catálogos existentes no Governo Federal para área de TIC (CatMat e CatServ)	SEGTI	16/01/2023	10/06/2023	Concluída	OE5   OE6	
22	Firmar acordos corporativos com os macros fornecedores: Oracle, Qlik, Software ONE, VMware, Cisco, Huawei etc. Sugere-se adotar o modelo implementado pelo Ministério da Economia no Acordo Corporativo nº 8/2020 (processo SEI-ME nº 19974.100514/2019-01) ao qual o CNJ aderiu.	DTE	16/01/2023	31/12/2023	Em andamento	OE5   OE6	
23	Formalizar processo de ciência aos Departamentos de TIC dos Tribunais que integram o Poder Judiciário acerca dos acordos corporativos firmados pelo Conselho.	DTI	10/06/2023	10/01/2024	Não iniciada	OE5	
24	Explicitar as cláusulas e elementos acordados entre CNJ e os grandes fabricantes no guia de contratações de TIC.	DTI	10/01/2024	12/02/2024	Não iniciada	OE5	
25	Desenvolver e divulgar processo de gestão estratégica que envolva as contratações de soluções da TIC.	SEGTI	01/08/2023	10/12/2023	Não iniciada	OE5	

ID Ação	Ação Estratégica de TIC	Unidade Responsável	Data Início	Data Fim	Status	Objetivo Estratégico	Contratos Associados
26	Incluir no Guia de Contratações de TIC (após a definição do item 9.1.1.2.1.9 constante no acórdão 2569/2018) a obrigatoriedade de utilização do preço máximo como parâmetro máximo nas estimativas de preço de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com condições padronizadas.	SEGTI	16/01/2023	31/08/2023	Em andamento	OE5	
27	Comunicar os órgãos do Poder Judiciário sobre a obrigatoriedade da utilização dos Catálogos de Soluções de TIC com condições padronizadas e as suas respectivas vinculações dos serviços listados, em atendimento a necessidade da utilização do preço máximo como parâmetro máximo nas estimativas de preço.	DTI	01/09/2023	31/12/2023	Não iniciada	OE5	
28	Desenvolver e divulgar processo de gestão estratégica que envolva as contratações de soluções da TIC.	SEGTI	01/08/2023	10/12/2023	Não iniciada	OE5	
29	Desenvolver metodologia com os parâmetros utilizados para calcular os preços dos produtos e serviços no orçamento estimado nas propostas de preço dos revendedores/fabricantes e nos contratos celebrados, incluindo os percentuais usados nos cálculos dos serviços agregados e o custo de revenda utilizando ferramentas de pesquisas disponibilizadas pelos órgãos governamentais e judiciais.	SEGTI	03/07/2023	25/09/2023	Não iniciada	OE5   OE6	
30	Normalizar a disponibilização dos artefatos de contratação, conforme explicitado na Resolução CNJ nº 370 /2021 Art. 9º§ 1º	SEGTI	16/01/2023	28/01/2023	Concluída	OE5	
31	Criar ambiente colaborativo para o compartilhamento dos artefatos de contratação de TIC.	SEGTI	16/01/2023	31/12/2023	Concluída	OE5	
32	Intermediar a manifestação de interesse entre os órgãos do Poder Judiciário para a realização de contratações compartilhada.	SEGTI	16/01/2023	15/02/2023	Concluída	OE5   OE6	
33	Desenvolver curso EAD com a CEAJUD objetivando orientar as organizações federais sob supervisão do CNJ quanto aos novos modelos de comercialização com a identificação das principais preocupações relativas ao tema, e para preparação, no planejamento dos órgãos, para as mudanças de paradigma nos modelos de contratação de software.	SEGTI	01/08/2023	31/12/2023	Não Iniciada	OE5   OE6	
34	Organizar e realizar workshops e webinars para gestão e divulgação de novos conhecimentos sobre contratações de software baseadas em modelos voltados totalmente para serviços, inclusive com a elaboração de padrões para as aquisições.	SEGTI	01/08/2023	31/12/2023	Não Iniciada	OE3 OE5   OE6	
35	Elaborar instrumento ou apresentação que trate do padrão para aquisição de serviços baseados nos novos modelos de comercialização para atendimento deste item.	SEGTI	01/08/2023	31/12/2023	Não Iniciada	OE5   OE6	
36	Elaborar e expedir ofício circular informado a obrigatoriedade de seguir as determinações e orientações acerca das contratações de software baseadas em modelos voltados totalmente para serviços.	DTI	01/08/2023	31/12/2023	Não Iniciada	OE5   OE6	
37	Elaborar e expedir ofício circular com a orientação sobre o impacto orçamentário e financeiro das contratações com modelos voltados totalmente para serviços, a exemplo de SaaS e Computação em Nuvem.	DTI	01/08/2023	31/12/2023	Não Iniciada	OE5   OE6	

ID Ação	Ação Estratégica de TIC	Unidade Responsável	Data Início	Data Fim	Status	Objetivo Estratégico	Contratos Associados
38	Definir, desenvolver e implantar mecanismos para identificação dos preços praticados para as soluções com maior risco de dependência tecnológica para que as organizações tenham parâmetros que viabilizem a identificação de preços abusivos, conforme disposto na Lei 8.666/1993, art. 15, incisos III e V;	SEGTI	01/08/2023	25/11/2023	Não Iniciada	OE5   OE6	
39	Apoiar Implantação de Piloto SIGEO (CSJT) no CNJ	SEGTI	07/02/2023	31/08/2023	Em andamento	OE1   OE5	2
40	Apoiar na reestruturação do DTI (curto e longo prazo)	SEGTI	16/01/2023	31/12/2024	Em andamento	OE3   OE5	1
41	Atualizar (agile, lean e produto) e intensificar a utilização da metodologia de gestão de projetos do DTI, com integração com ao ECPP (integração Projetos, orçamento e contratações)	SEGPP	16/01/2023	31/08/2023	Não Iniciada	OE5   CNJ OE10	1
42	Atuar efetivamente com gestão por processos no DTI (melhorando seus principais processos, inclusive gestão negocial, priorização e gestão da capacidade operacional)	SEGPP	16/01/2023	31/12/2024	Em andamento	OE5   CNJ OE10	1
43	Criar Plano de Governança de Dados da PDPJ-Br.	DPJE	16/01/2023	31/12/2023	Não Iniciada	OE5   OE8	2
44	Definir ações para ampliar a adoção das diretrizes dos sistemas de informação e as estabelecidas pelo PDPJ-Br.	DPJE	16/01/2023	31/12/2023	Não Iniciada	OE5   OE8	-
45	Elaborar a política de backup do CNJ	SEGS	16/01/2023	31/08/2023	Em andamento	OE5   OE7	1
46	Elaborar guias com modelos de operação do CNGTIC, CGOVTIC e CGETIC (acrescentar ao guia da ENTIC-JUD)	SEGTI	16/01/2023	31/08/2023	Em andamento	OE5	1
47	Elaborar Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Conselho Nacional de Justiça	SEGS	16/01/2023	31/12/2023	Em andamento	OE5   OE7	2
48	Estudo/recomendação sobre comoditização dos sistemas administrativos no CNJ, e depois nacionalmente	SEGPP	16/01/2023	31/08/2023	Não iniciada	OE5   CNJ OE10	1
49	Implantar a descoberta e realizar a anonimização e pseudoanonimização	SEGS	16/01/2023	31/08/2023	Em andamento	OE7	1
50	Implantar uma metodologia de desenvolvimento continuado de produtos de sw (esteira de entrega de valor continuada)	SEGPP	16/01/2023	31/08/2023	Não iniciada	OE5   CNJ OE10	1
51	Manter Plano Anual de Capacitações de TIC	SEGTI	16/01/2023	31/12/2024	Em andamento	OE3 OE5   OE6	
52	Organizar um Fórum Nacional de TIC do PJ para 2023	SEGTI	16/01/2023	30/11/2023	Não iniciada	OE5	1
53	Realizar uma nova contratação de nuvem com serviços especializados - Licitação TCU e CGU	NCEO	16/01/2023	31/08/2023	Em andamento	OE8	
54	Reforçar e evoluir a integração do apoio à gestão dos projetos conduzidos pelo PNUD	SEGPP	16/01/2023	31/12/2023	Em andamento	OE5   CNJ OE10	2

ID Ação	Ação Estratégica de TIC	Unidade Responsável	Data Início	Data Fim	Status	Objetivo Estratégico	Contratos Associados
55	Tagueamento de projetos da PDPJ na nuvem (individualizar custos da nuvem por projeto: SEEU, PJE, Sisbajud, BNMP, etc.)	COIE	16/01/2023	31/08/2023	Em andamento	OE2   OE7   OE8	1
56	Desdobramento de ações e demandas com base nos resultados do iGovTIC-JUD 2022.	SEGTI	16/01/2023	31/12/2024	Em andamento	OE5	1

## PROJETOS DE TIC

### Visão dos Projetos por Domínios e Objetivos Estratégicos

A tabela abaixo estabelece uma correlação direta entre os principais projetos monitorados pelo DTI e o objetivo estratégico ao qual estão vinculados, além da quantidade de contratos associados para seu suporte. Esta disposição oferece uma perspectiva abrangente e clara das iniciativas planejadas e em curso, salientando seu alinhamento com as estratégias do CNJ.

A identificação dos objetivos estratégicos por projeto busca garantir que todas as ações do DTI estejam alinhadas com a visão do órgão, bem como para promover uma gestão eficiente e eficaz dos recursos, auxiliando nas tomadas de decisões.

### Domínio da Governança e Gestão de TIC

As informações da tabela abaixo foram extraídas em 11/05/2023 e as informações mais atuais devem ser obtidas no painel “Cockpit de Governança e Gestão de TIC”, através do link <http://tiny.cc/by06vz>.

ID	Projetos Estratégicos	Unidade Responsável	Data Início	Data Fim	Status	OE	Contratos Associados
1	Adequação do Sistema E-Social para Prestar Informações	SEG DG	25/06/2021	23/05/2023	Em andamento	OE8	1
2	CEDIN (Projeto de Finalização do Desenvolvimento do Sistema)	SEG DG	18/10/2021	17/05/2023	Em andamento	OE8	1

3	CNIUPS (Cadastro Nacional de Inspeção em Unidades e Programas Socioeducativos - Cadastro Meio Aberto)	SEPPE	22/03/2022	08/05/2023	Em andamento	OE1   OE8	1
4	DATAJUD Integrado ao CODEX	DPJE	21/06/2021	05/01/2024	Em andamento	OE2   CNJ OE9	2
5	Desenvolvimento das Melhorias da Plataforma CONNECT-JUS	SEGTI	08/06/2021	31/12/2024	Em andamento	OE4   OE5   OE8	2
6	Elaboração da Estratégia de Transformação Digital do Poder Judiciário (ETD-JUD) e o PTD do CNJ	SEGTI	07/02/2022	31/08/2023	Em andamento	OE2   OE5	2
7	e-Natjus	DPJE	22/07/2019	27/12/2023	Em andamento	OE2   OE8	2
8	Expansão do PJe no TJAP	DPJE	01/08/2021	31/08/2023	Em andamento	OE2	
9	Ferramenta de Acessibilidade no PJe Nacional	DPJE	05/07/2021	06/11/2024	Em andamento	OE1	1
10	GPSJUS TJRN	Tribunal TJRN	05/10/2022	31/08/2023	Em planejamento	OE2	
11	Implantação do UiKIT nos Tribunais e ao PJe	DPJE	02/03/2020	30/09/2023	Em andamento	OE2	1
12	Implantação Nacional do SEEU	DPJE	01/03/2019	02/05/2024	Em andamento	OE2	1
13	INDIA - Indexador de Documentos Judiciais com Inteligência Artificial	Tribunal TJPA	03/10/2022	13/12/2023	Em planejamento	OE2	1
14	Integração com o e-Carta	DPJE	01/04/2020	31/10/2023	Em andamento	OE2	2
15	Mandamus	DPJE	24/02/2021	26/08/2023	Em andamento	OE2	2
16	MDEO (Integração com EFD-REINF)	SEG DG	28/03/2022	10/04/2023	Em andamento	OE8	1
17	Melhoria do Processo de Execução Fiscal	DPJE	26/02/2020	14/11/2023	Em andamento	OE2	2
18	Mineração de Processos do PJe (Novo) - Jump	DPJE	03/08/2020	30/11/2023	Em andamento	OE2	2
19	Módulo Auxiliares da Justiça - TJSP	Tribunal TJSP	16/08/2022	29/02/2024	Em planejamento	OE2	
20	Módulo Central de Mandados - TJRO	Tribunal TJRO	05/10/2022	29/02/2024	Em planejamento	OE2	
21	Módulo de Gabinete - TJRO	Tribunal TJRO	04/10/2022	29/02/2024	Em planejamento	OE1	

22	Módulo de Sessão de Julgamento	DPJE	30/04/2019	31/08/2023	Em andamento	OE2	2
23	Monitoramento de conformidade de normativos de TIC pelos Órgãos do Judiciário	SEGTI	01/09/2022	02/06/2023	Em andamento	OE2   OE5   OE6	1
24	Plano de Gestão de Continuidade e Gestão de Riscos	SECSI	11/03/2021	31/08/2024	Em andamento	OE5   OE7	1
25	Plataforma Socioeducativo (PSE)	DPJE	11/01/2021	31/08/2023	Em andamento	OE2	
26	RECEITAJUD	DPJE	29/07/2021	31/07/2023	Em andamento	OE2	2
27	Robô Migrador - TJPA	Tribunal TJPA	09/09/2022	09/09/2023	Em planejamento	OE2	1
28	SAREF (Sistema de Apresentação Remota via Reconhecimento Facial) no ambiente CNJ	Tribunal TJDF	05/09/2022	05/09/2023	Em planejamento	OE2	1
29	SENAD (Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas)	DPJE	10/08/2021	22/12/2023	Em andamento	OE2	2
30	SIDEJUD (Sistema Nacional de Depósitos Judiciais)	DPJE	11/02/2022	30/06/2024	Em andamento	OE2   OE8	2
31	Sistema de Movimentação Interna	SEGDG	01/03/2023	01/06/2023	Não iniciado	OE8	1
32	SNGB – Sistema Nacional de Bens Apreendidos	DPJE	26/05/2021	30/05/2023	Em andamento	OE2	1
33	Valoriza Servidor	SEGDG	01/03/2023	01/06/2023	Não iniciado	OE3   OE8	1

### Domínio de Gerenciamento de Serviços de TIC

As informações da tabela abaixo foram extraídas em 11/05/2023 e as informações mais atuais devem ser obtidas no painel “Cockpit de Governança e Gestão de TIC”, através do link <http://tiny.cc/by06vz>.

ID	Projetos Estratégicos	Unidade Responsável	Data Início	Data Fim	Status	OEs	Contratos Associados
34	Implantação do SSI (Sistema de Segurança Institucional)	SEGDG	01/03/2023	07/07/2023	Não iniciado	OE7   OE8	1

35	Projeto de Automação da DCOR (Divisão de Gestão de Sistemas Corporativos)	SEQUA	20/11/2020	31/08/2023	Em andamento	OE5   OE8	1
36	Projeto de Modernização da DCOR (Divisão de Gestão de Sistemas Corporativos)	SEQUA	20/11/2020	16/03/2024	Em andamento	OE5   OE8	1



## Projetos - PNUD

Os Termos de Cooperação Técnica (TCOT) realizados entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o CNJ têm como objetivo o aprimoramento da eficiência e da efetividade do sistema PJe e a promoção da Justiça 4.0: Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos.



O TCOT n. 050/2020 prevê a realização de atividades conjuntas entre o PNUD e o CNJ para aprimorar o PJe, sistema que permite a tramitação eletrônica de processos judiciais. Dentre as atividades previstas, estão o desenvolvimento de metodologias e ferramentas para avaliação e monitoramento da qualidade e desempenho do sistema, a elaboração de estudos e pesquisas sobre as melhores práticas em uso do PJe e a realização de capacitações para magistrados, servidores e colaboradores dos tribunais.

Já o TCOT n. 051/2020 prevê a realização de atividades conjuntas para a promoção da Justiça 4.0, que consiste na adoção de tecnologias e inovações para tornar a prestação jurisdicional mais rápida, efetiva e acessível a todos. Dentre as atividades previstas, estão o desenvolvimento de metodologias e ferramentas para aprimorar a utilização de tecnologias nos processos judiciais, a realização de estudos e pesquisas sobre as melhores práticas em Justiça 4.0 e a realização de capacitações para magistrados, servidores e colaboradores dos tribunais.

Os projetos desenvolvidos pelo PNUD e que são monitorados pelo DTI podem ser visualizados na tabela a seguir. Embora esses projetos sejam importantes para a implementação da Justiça 4.0, do PJe e da PDPJ-Br, é válido ressaltar que eles possuem um orçamento separado, não sendo gerenciado pelo DTI.

Nome do Projeto	Previsão de Término	Status
Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal (cursos, capacitações, metodologias e ferramentas)	31/07/2023	Em Execução
BNMP - Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões - Versão 3.0	05/05/2023	Em Execução
Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias da PDPJ-Br	31/07/2024	Em Execução
Codex - Melhorias Evolutivas e Corretivas	31/12/2023	Em Execução
Data Lake	28/08/2023	Em Execução
Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas Tecnológicas do Programa Justiça 4.0	11/12/2023	Em Execução
Diagnósticos e Planos de Ação	25/11/2021	Concluído
Domicílio Judicial Eletrônico	31/07/2023	Em Execução
DPVATJUD	31/12/2023	Em Execução

Nome do Projeto	Previsão de Término	Status
Estruturação do Escritório de Projetos (PMO) do CNJ	31/05/2023	Em Execução
Implementação dos Planos de Ação	14/07/2022	Concluído
Implementação dos Planos de Ação - integração plena à PDPJ-Br	30/09/2023	Em Execução
Integração Codex nos tribunais	31/03/2023	Em Execução
MNI	30/06/2023	Em Execução
Novo SNA	08/11/2022	Cancelado
Painel de Estatística V3.0	01/03/2023	Em Execução
Painel Grandes Litigantes	01/07/2023	Em Execução
Plano Nacional de Inovação	31/07/2023	Em Execução
Portal de Serviços	31/08/2023	Em Execução
Previdenciário (Prevjud)	19/05/2023	Em Execução
Projeto RPV e Precatórios	31/01/2022	Pausado
Projeto SNIPER	31/03/2023	Em Execução
Repositório Anticorrupção e Tecnologia do Poder Judiciário	05/05/2023	Em Execução
Sensibilização e Formação em Integridade & Compliance	03/07/2023	Em Execução
Serviços Estruturantes	31/12/2024	Em Execução
Sinapses 1 - Classificação Processual	01/05/2023	Em Execução
Sinapses 2 - Agrupamento por Similaridade	31/03/2023	Concluído
Sinapses 3 - Precedentes Qualificados	17/07/2023	Em Execução
Sinapses 4 - Modelos PNUD	31/03/2023	Pausado
Sinapses 5 - Melhorias e Padronização/Capacitação Cursos EAD IA	30/05/2023	Em Execução
Sinapses 6 - IA Proteção Meio Ambiente	04/08/2023	Em Execução
SNGB - Sistema Nacional de Gestão de Bens	30/05/2023	Em Execução

**Observação:** As informações sobre o andamento dos projetos do PNUD foram extraídas no dia 04/04/2023, através do link <http://tiny.cc/njz5vz>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC.CNJ) para os anos de 2023 e 2024 do DTI buscou elementos inovadores, com ênfase no dinamismo e na transparência, utilizando a gestão ágil por meio da metodologia OKR (Objectives and Key Results). Foi elaborado considerando as variáveis do planejamento estratégico do CNJ e o orçamento disponível, incluindo as contratações de 2023 e potenciais contratações para 2024, para a definição das ações que serão executadas.

Com o propósito de superar os desafios encontrados em execuções anteriores do PDTIC.CNJ, decidiu-se por estabelecer uma perspectiva sistêmica. Neste contexto, durante a execução do PDTIC.CNJ, as novas demandas e projetos de TIC, bem como as modificações das existentes, desencadeiam a atualização contínua do Plano de Contratações de Soluções de TIC e do Orçamento de TIC do CNJ.

Os objetivos e metas do PDTIC.CNJ estão alinhados com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, a ENTIC-JUD e com o planejamento estratégico do CNJ, demonstrando uma preocupação em contribuir para a realização do máximo de benefícios para o Conselho.

O diagnóstico realizado com as unidades que compõem o DTI e o levantamento completo das demandas com possível impacto em TIC junto às áreas negociais corrobora o intuito de uma elaboração do Plano de forma participativa com vistas à integração e à colaboração entre as áreas.

Para garantir a sua efetividade, o PDTIC.CNJ contará com um monitoramento constante, padronização, transparência e adaptação às necessidades das áreas gestoras negociais e técnicas. Os painéis analíticos de BI apoiarão o monitoramento e a tomada de decisão, demonstrando a preocupação em utilizar tecnologias de ponta para otimizar o uso dos recursos.

O PDTIC.CNJ para os anos de 2023 e 2024 é um documento que reflete a maturidade e a preocupação em se utilizar as melhores práticas de gestão para contribuir para crescimento do DTI e certamente é uma ferramenta valiosa para permitir uma gestão eficiente e alinhada às necessidades do Conselho.